

O MANIFESTO DE OUTUBRO DE 1932

BIBLIOTECA NACIONALISTA



BIBLIOTECA NACIONALISTA

bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

O AMBIENTE HISTÓRICO

PARA se ter noção exata do que representou o Manifesto de Outubro de 1932, cujo vigésimo quinto aniversário está sendo comemorado, é preciso, antes de tudo, fazer-se um levantamento, ainda que sumário, do panorama político, social e cultural do nosso país, na hora em que êsse documento apareceu.

Adeptos, adversários ou indiferentes, ninguém pode negar, de boa fé, que o Manifesto de Outubro mobilizou milhares de brasileiros, desde o homem do sertão até os numerosos e legítimos expoentes da cultura nacional. Algum motivo deveria ser a causa de tamanho poder de aliciamento; e não vemos outro senão no fato de enraizar-se o Manifesto nos sentimentos da mais pura brasilidade, ao mesmo tempo respondendo a inquietações decorrentes de acontecimentos políticos e de circunstâncias sociais da sua contemporaneidade.

Examinemos, primeiramente, o quadro psicológico da vida brasileira a partir de 1930 até outubro de 1932. São os dois anos posteriores à Revolução da Aliança Liberal, em cujas hostes se arregimentaram todos os descontentamentos e tôdas as aspirações vagas e indefinidas do complexo popular.

*

*

*

Enquadraram-se, na Revolução de 30, flagrantes heterogeneidades, a tal ponto que os remanescentes das revoluções de 1922, 24 e 26 uniram-se àqueles mesmos homens por êles combatidos e que se encontravam, por motivos bem diversos, em oposição ao Governo Federal. Chefes políticos, empenhados durante as revoluções anteriores em exprobar, pela tribuna do Parlamento ou nas curulis do Executivo, os rebeldes daquelas jornadas, eram agora pugnazes oradores ou eficientes conspiradores preparando a rebelião que alçava a bandeira dos adversários de ontem.

Entre os motivos aduzidos pela coalisão de revolucionários e reacionários apaziguados, salientava-se o libelo contra a chamada "política dos Governadores" e contra o excessivo poder político do Presidente da República, baseado êste no apoio dos chefes dos Executivos regionais. Mas, ainda aí, se manifestava contraditória a Revolução de 30, porquanto levantando-se contra a política dos Governadores, ela mesma realizava o pacto de três dêsses Governadores, dentre os quais os dois que sempre constituíram, com um terceiro de igual potência, o jôgo de equilíbrio do sistema condenado.

Tôdas essas contradições não devem, entretanto, servir de argumento ao historiador para, só por êles, julgar o fenômeno sócio-político de 1930. Coincidindo os interêsses políticos dos Governadores de Minas, Rio Grande do Sul e da Paraíba com as aspirações gerais, ainda que indefinidas, da Nação Brasileira, êsses Governadores tiveram o bom senso de canalizar, compor e dirigir as correntes revolucionárias, representando, com o seu Estado Maior

de homens formados na escola da República Velha, uma espécie de centro de gravidade, cujos benefícios logo se tornaram evidentes, impedindo que o país fôsse levado à anarquia.



O que se deve ter em conta, no estudo da Revolução de 30, é o que ela exprimia, como síntese de inquietações mal expressas, as quais se tinham gradativamente acentuado, desde longos anos, através de uma série de revoltas deflagradas sob pretextos os mais diversos.

Quase nenhum quadriênio presidencial escapara dêsses episódios: no governo de Deodoro, a deposição do Marechal; no de Floriano, a revolta da esquadra e a revolução no Sul; no de Prudente, a guerra de Canudos; no de Rodrigues Alves, a rebelião da Escola Militar; no de Hermes da Fonseca, a revolta da esquadra chefiada por marinheiros, a revolução do Ceará, a luta armada contra as oligarquias de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Goiás e outros Estados; no de Wenceslau, a luta no Contestado; no de Epitácio, a revolta de Copacabana e da Escola Militar; no de Bernardes, as revoluções de São Paulo e Mato Grosso e a agitação permanente na Capital da República, não se falando na constante guerra civil no Rio Grande do Sul. Sem entrar na análise particular de cada um dêsses movimentos, temos entretanto de tomá-los como evidências de um desajustamento entre o estilo da política dominante e as realidades locais ou grupais do país.

No que concerne à chamada "política dos Governadores", tudo indicava que a hipertrofia do

poder regional conseqüente da política iniciada pelo presidente Campos Sales, facilitava a formação das oligarquias e o sufocamento das liberdades, de modo particular nos municípios, cuja autonomia passava a existir apenas *in nomine*, dada a atuação truculenta dos diretórios locais do partido único e prepotente em cada um dos Estados.



Mas, cingindo-se ainda ao rigoroso critério da imparcialidade na apreciação dos fatos históricos, não podemos condenar Campos Sales pela adoção da "política dos Governadores". A República, advindo das hábeis manobras de uma minoria inteligente, que soube provocar um imprevisto golpe militar, nascera sem base popular, sem a possibilidade de firmar o Poder Federal sôbre as estruturas de partidos nacionais capazes de se revesar nas responsabilidades da sustentação do regime.

Já no fim da Monarquia, os partidos nacionais eram praticamente inexistentes e isso se evidencia no próprio livro de Campos Sales, intitulado "Da propaganda à Presidência", onde se vê a formação dos últimos Gabinetes do Império efetivando-se de conformidade com o oportunismo político em que se dissolviam as organizações partidárias do velho regime. A coordenação das forças políticas nacionais tornara-se difícil nos governos de Deodoro, Floriano e Prudente, pois o que falava mais alto (e até mesmo como resultado da propaganda federalista dos republicanos e de uma ala do partido liberal) eram os interesses regionais. O remédio, para o momento, tinha de ser a arregimentação dos regionalismos encarnados nos Governadores, o

que viu, com rara argúcia, o presidente Campos Sales.

Cumpria às gerações seguintes, enquanto a República se escorava nas estacas dessa política regionalista, exercer uma obra educativa, formando uma consciência nacional inspirada nas fontes históricas da Pátria e nos imperativos morais e econômico-sociais que constituem as nossas realidades e devem nortear a nossa marcha para o futuro. Mas, ao contrário, enquanto os republicanos chamados históricos bradavam "esta não é a República dos meus sonhos", os republicanos aderentes ou conformistas entregavam-se ao pragmatismo de uma política sem conteúdo doutrinário. A grande obra não foi realizada. Era natural, pois, que não havendo ideologias precisas e claras como laço indestrutível de unidade nacional de opinião, jamais se fundassem partidos nacionais aptos a substituir o processo de emergência ideado pelo presidente Campos Sales.



As inquietações do povo brasileiro, como regatos provindo de fontes as mais diversas, buscavam canalizar-se numa só caudal. E o mérito da Revolução de 30 reside em ter ela oferecido um leito onde afluíssem e por onde corressem as angústias confusas do complexo nacional.

O historiador, observando essa revolução no seu conjunto, e não nos aspectos particulares dos casos pessoais nela contidos, não poderá condená-la pelas contradições do seu composto, nem responsabilizá-la pela confusão dos espíritos que se alastrou pelo país depois da sua vitória. A responsa-

bilidade cabe a tóda uma geração que não produzira aquêlê tipo de homens de pensamento capazes de abandonar seus gabinetes e descer às ruas, às praças, aos salões de conferência e aos comícios populares, arriscando-se ao desfavor de muitos e ao doloroso desconforto a que se não podem furtar os apóstolos das grandes causas.

O período de 1922 a 1930 revela o anseio dos jovens escritores brasileiros no sentido de propagar novas idéas transformadoras da política nacional, por êles julgada até então sem perfeita consonância com as realidades da terra, do povo e do destino da Pátria. E o que se faz digno de nota é a circunstância de o grupo politicamente mais avançado dos intelectuais se encontrar na própria cidadela da situação dominante. Eram os "verdamarelistas", que se desprenderam do movimento puramente estético iniciado pela Semana de Arte Moderna, em 22, e que doutrinavam no "Correio Paulistano", com o beneplácito e a simpatia de Júlio Prestes de Albuquerque, o candidato eleito pelos 17 Governadores contra os quais se erguera a aliança dos 3 Governadores dissidentes e dos revolucionários de 22, 24 e 26.

*

*

*

Vencedora a Revolução de 30, com a deposição do Presidente da República, Dr. Washington Luís pelos seus próprios generais constituídos em Junta Pacificadora, ficou destruída a fachada com que a República aparentava uma perfeita ordem e uma sólida estrutura. O compromisso dos revolucionários terminou com a conquista do Poder. E, do bojo do movimento, surgiram as mais variadas ex-

pressões dos desencontros ideológicos e dos conflitos entre os grupos heterogêneos.

É preciso notar que um elemento novo entrava na política brasileira: o comunismo internacional. Essa corrente ideológica tivera ingresso no país depois da implantação do bolchevismo na Rússia e da re-estruturação do Comintern por Dimitroff, em bases de maior eficiência. Mas a sua presença no Brasil começa a fazer-se sentir mais fortemente pelas alturas de 1926, quando agentes de Moscou principiam a conquista das classes intelectuais. Até então, as agitações tinham sido provocadas pelos anarco-sindicalistas, cujo maior campo de ação era São Paulo. O problema do trabalho e do trabalhador apenas se esboçava como preocupação dos homens de Estado, o que se evidencia no conhecido discurso de Rui Barbosa, pronunciado em Petrópolis em 1919. Da II Internacional, nitidamente marxista, o país já tomara conhecimento desde os fins do século XIX e, posteriormente, em nosso século, pela palavra de conierencistas estrangeiros. Mas a organização de um partido comunista filiado à III Internacional, só se efetivou em plenitude de eficiência, nos três anos anteriores à Revolução de 30, principalmente depois do Congresso Comunista realizado em Buenos Aires.

No decorrer de 1931, o partido comunista achava-se em franca atividade de propaganda, utilizando-se da infiltração de seus elementos na imprensa e nas associações fundadas com o intuito de dar à Revolução de 30 um caráter de continuidade no tocante a reformas julgadas imprescindíveis.

Essas associações, fruto da sinceridade e do verdadeiro idealismo de vários grupos, tiveram uma vida efêmera e dramática. Dentre elas, poderemos

citar o "Clube 3 de Outubro", a "Legião 5 de Julho", a "Legião Revolucionária de São Paulo". Todo o esforço dos seus componentes era no sentido de traçar um programa de reformas e de realizações em benefício do povo e do país. Mas a própria composição dessas entidades era heterogênea, sendo portanto impossível chegar-se a qualquer conclusão.

Por outro lado, os jovens militares, que tinham vindo das revoluções de 22 e de 24, temendo que os velhos políticos, partícipes da revolução, reconduzissem o país aos moldes da República Velha (assim chamado o regime de antes de 30), constituíram-se numa ala que se designou pelo nome de "tenentismo".

No meio de todo êsse quadro de angústias, novos blocos de união se iam aglutinando; e foi assim que, em Minas, surgiu "A Montanha", também com a preocupação de impedir a retomada das posições pelos políticos mineiros reacionários em 22, 24 e 26, e revolucionários em 30. Não tardou que, em Minas, fizesse a sua entrada em cena o fascismo brasileiro, dos camisas-caqui, chefiados diretamente pelo governador Maciel.

Simultâneamente, novos grupos, ou grupos anteriormente conhecidos, como os "Patrianovistas", em São Paulo, a "Legião Cearense do Trabalho", em Fortaleza e até uma agremiação de "sinergistas" no Rio, entravam em atividade. Assim foram os primeiros meses de 1931, aos quais não faltaram nem mesmo a atuação de uma pequena corrente positivista e de um Partido Socialista, nos moldes da II Internacional, como também pela primeira vez, a arregimentação dos homens de côr, sob o nome de "Frente Negra Brasileira".

O governo que a Revolução de 30 produziu foi

um Governo Discricionário; e nem podia ser outro, no meio de tamanha confusão, até que o cáos informe tomasse aspecto e pudesse apresentar-se em lineamentos mais compreensíveis. E não se pode negar que esse Governo Discricionário, chefiado pelo Sr. Getúlio Vargas, constituído de políticos experimentados, procurou conter os excessos dos que ainda não tinham tido contato com a coisa pública e defender a Nação contra as manobras dos convertidos ao credo moscovita.

*
* *

Nesse ano de 1931, surgiu em São Paulo um jornal que se tornou, dentro em breve, o instrumento aglutinador de brasileiros orientados por um pensamento cristão e nacionalista, os quais não se colocavam, nem ao lado dos propugnadores da volta do país aos moldes da Constituição de 1891, nem ao lado dos revolucionários que ansiavam por uma série de reformas, sem nenhuma base ordenadora de doutrina política. Chamava-se "A Razão", nome que desejava significar um convite ao raciocínio, ao estudo consciencioso dos problemas nacionais, relacionados com os grandes temas humanos e com as realidades históricas, econômicas e sociais do Brasil. O seu fundador, Alfredo Egídio de Souza Aranha, entregou a doutrinação política ao futuro autor do Manifesto de Outubro. Os artigos, sem assinatura e que iam sendo transcritos em "Era Nova", da Bahia e em jornais do Ceará, provocavam cartas de todos os pontos do Brasil e os nomes dos missivistas eram arquivados com seus endereços. Dentro em pouco, estava registrada, num

fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas idéias fundamentais.

Em 1932, entretanto, a situação em São Paulo era das mais graves. O povo paulista, representando a maior soma da produção nacional e dando ao orçamento da República um terço da sua arrecadação, vinha sendo governado, ao sabor das intrigas palacianas, por uma sucessividade de interventores pouco experientes sobre as necessidades do Estado e, além do mais, substituídos com tanta freqüência, que não chegavam a tomar conhecimento completo das questões que lhes eram aietas. O fato provocou tão grande descontentamento, que o povo paulista, desejoso de eleger os seus governantes, desfraldou a bandeira do constitucionalismo. Substituir, o mais depressa possível, o Governo Discricionário por um governo legal, foi a aspiração que, dentro em pouco, empolgou a unanimidade do povo bandeirante.

Voltar, porém, e simplesmente, às normas da Constituição de 91 era renunciar à oportunidade que a Revolução de 30 oferecera para o início de uma vida nova, mais condizente com as realidades nacionais e as aspirações humanas manifestadas em todos os países. Assim pensava o grupo de "A Razão"; mas observando que, do lado dos revolucionários de 1930 (então divididos em numerosas facções, algumas sob influência marxista) nada havia a esperar, êsse grupo resolveu fundar uma associação de cultura, que servisse de ponto inicial a um movimento de opinião brasileira. E, assim, no dia 24 de fevereiro de 1932, no salão daquele jornal, fundou-se a "Sociedade de Estudos Políticos", tomando por alicerce nove postulados que se reduziam aos seguintes princípios: concepção espiritualista da existência humana; unidade da Pá-

tria Brasileira; coordenação das forças econômicas; justiça social cristã; combate ao totalitarismo do Estado, à luta de classes, aos preconceitos de raça, ao coletivismo e ao excesso do individualismo.

A "Sociedade de Estudos Políticos", SEP, funcionou na sala de armas do Clube Português em São Paulo, realizando sucessivas sessões plenárias e das comissões de filosofia, economia, pedagogia, história, sociologia e política. Lá fora, crescia a agitação popular agora tomando franco aspecto revolucionário.



Em 6 de Maio de 1932, foi resolvido pela Sociedade (uma vez que já estavam todos de acordo com numerosas conclusões doutrinárias e práticas) lançar um movimento popular de difusão das novas idéias. Criou-se nova seção, além das várias comissões técnicas, denominada "Ação Integralista Brasileira". Incumbia aos encarregados dessa seção, levar ao povo, em linguagem simples, os resultados dos estudos e os fundamentos doutrinários da Sociedade de Estudos Políticos. E foi nesse mês de Maio que o Manifesto, depois chamado de outubro, tomou expressão escrita.

O momento era dramático. A revolução constitucionalista estava abertamente deflagrada. No dia 23, o jornal "A Razão", considerado, pelos chefes do movimento armado como elemento adverso, pela pregação de caráter nacional e nunca regional que seus artigos continham, teve suas oficinas destruídas e seu prédio incendiado pela multidão. Na mesma noite, grande massa popular atacou a sede da "Legião Revolucionária de São Paulo", que

já havia tomado nesse tempo uma feição suspeita de esquerdismo marxista. No ataque, houve mortos e feridos.

Em junho, num ambiente de exaltadas agitações populares, reuniu-se novamente a "Sociedade de Estudos Políticos" para ouvir a leitura do Manifesto, que deveria ser levado à impressão. Distribuíram-se várias cópias datilografadas, designando-se nova reunião para julho. Mas, a 9 daquele mês, sublevaram-se os quartéis da Força Pública e do Exército e as primeiras tropas da Revolução Paulista embarcaram em direção ao Rio. O Manifesto foi guardado para outra oportunidade.



Três meses decorreram. A Revolução Paulista isolou-se (como previra o jornal "A Razão") não lhe tendo vindo o concurso de outros Estados cujos governos, segundo se dizia, se achavam secretamente pactuados com os dirigentes do movimento bandeirante. Apenas parte da guarnição de Mato Grosso acorreu, atingindo o planalto de Piratininga, onde ressoavam os clarins da rebelião. No Rio, apesar dos chefes constitucionais esperarem o contrário, não foi possível um pronunciamento militar, conquanto ali se assinalassem intensas agitações populares facilmente sufocadas.

Dentro em pouco, o Estado de São Paulo, sitiado por terra e por mar, combatia em três frentes. E, à proporção que essas frentes se restringiam com perdas de vidas e de esperanças, invadia a alma dos paulistas aquêlê ressentimento e aquela amargura que levaram outrora os heróis da guerra

dos Farrapos a proclamar a República de Piratini, como primeira etapa da republicanização do Brasil inteiro.

Subjugada a revolução paulista em 3 de Outubro de 1932, o estado de espírito de depressão e de íntima revolta dos combatentes vencidos logo aflo-rou num reduzido grupo de brilhantes intelectuais, que propunham, não propriamente o separatismo, porém o Confederacionismo, como imperativo da disparidade de interesses entre os vários Estados brasileiros. Esse movimento encontrava natural ressonância no espírito nobre mas ressentido da juventude que se constituira na “Federação dos Voluntários de São Paulo”. Por outro lado, o comunismo, aproveitando-se da situação, desenvolveu intensamente a sua propaganda e rearticulou os seus quadros, estimulando a massa proletária no sentido da luta de classes. Essa reativação do comunismo processava-se igualmente em todos os Estados, utilizando-se o Comintern das massas trabalhadoras em seus justos reclamos reivindicatórios. O momento era dos mais tristes e incertos para a Nacionalidade.

Estávamos a 7 de Outubro. Tudo era confusão, incerteza, ausência de rumos definidos. Para onde iria a Nação Brasileira?

O Manifesto Integralista, já impresso, foi nessa data distribuído em São Paulo e remetido para todos os Estados. Começava com os seguintes vocativos: “A Nação Brasileira — Ao operariado do país e aos sindicatos de classe — Aos homens de cultura e pensamento — À mocidade das escolas e das trincheiras — Às classes armadas!”

Apreciemos, no capítulo seguinte, os fundamentos filosóficos daquele documento.

OS FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS

VIMOS, no capítulo precedente, a ambientação histórica do Manifesto de Outubro de 1932. Cumpre-nos, agora, examinar os seus fundamentos doutrinários.

Antes de tudo, convém ter-se em vista que aquêlê documento político, pretendendo trazer o remédio imediato à crise social brasileira e ao problema humano que se propunha a todos os povos, como consequência de ideologias que se entrecavavam, consubstanciou, não apenas uma orientação filosófica, mas também as soluções práticas do problema do Estado e, mais ainda, o programa de ação destinado a dar e propagar as novas idéias e levá-las à vitória.

Sendo, pois, uma exposição complexa de variados assuntos, o Manifesto de Outubro contém uma parte essencial imutável e uma parte accidental sujeita a modificações impostas pelas circunstâncias históricas supervenientes.

A parte essencial do Manifesto conserva-se até hoje intangível; mas conquanto trouxesse, naquele documento, firmes e nítidos lineamentos acêrca da concepção do Universo, do Homem, dos Grupos Naturais, da Sociedade, da Nação e do Estado, não

ia além das afirmações categóricas a respeito desses temas, deixando para que, em outros documentos e estudos, se desenvolvessem, de modo mais completo, mais preciso e mais claro, as idéias então lançadas como indicações de rumos.

Essa clarificação das idéias fundamentais do Manifesto de Outubro foi realizada em documentos posteriores, como sejam as "Diretrizes integralistas", em 1933; a "Carta de Natal e fim de ano", em 1935; as "Preliminares do Manifesto-Programa", em 1936; o capítulo "Cristo e o Estado Integral" do discurso de 12 de junho de 1937; o "Manifesto-Diretiva, de 1945; e ainda em vários documentos constantes do livro "O Integralismo perante a Nação".

Paralelamente a êsses documentos, considerados oficiais do Integralismo, publicaram-se os meus livros: "Psicologia da Revolução", melhorado no sentido de maior clareza, em sucessivas edições; "Conceito Cristão da Democracia"; o capítulo "Cristo e Cesar" do livro "Vida de Jesus"; "Discursos-1946" e, finalmente, em "Direitos e Deveres do Homem", que é o desenvolvimento da tese que apresentei nas Conversações Internacionais Católicas de San Sebastian, em 1948; "Espírito da Burguesia"; "A Mulher no Século XX"; "O Ritmo da História"; "A Reconstrução do Homem".

Excluindo-se, pois, das nossas considerações, as acidentalidades do Manifesto de Outubro, que se referiam a circunstâncias inerentes ao momento histórico em que os seus capítulos foram escritos, apreciemos a substância do documento que conseguiu mobilizar centenas de milhares de brasileiros no transcurso de 1932 a 1937.



O Manifesto de Outubro, conquanto obra pessoal onde predominam três elementos: a formação espiritualista, a educação nacionalista e a intuição do seu autor, embebe as suas raízes nos ensinamentos dos grandes pensadores, filósofos, poetas, economistas e sociólogos da nossa Pátria.

O seu Capítulo 1.^o trata da concepção do Universo e do Homem. E aí se encontra a influência de Farias Brito quando, no seu livro "A verdade como regra das ações",* mostra que não podem existir normas de moralidade, sem que preliminarmente adotemos uma noção precisa da origem e da finalidade do Ser Humano.

Em consequência da fé espiritualista que o Manifesto proclama, êsse capítulo 1.^o reconduz os valores morais à plana de superioridade de onde foram destronados pelo materialismo do século XIX e princípios do presente. Afirma que a igualdade dos homens deve ser procurada, não mediante a tábua rasa do coletivismo, porém pela hierarquia das virtudes. Sustenta o direito às legítimas aspirações de cada um e de todos, pela prática da fraternidade cristã e da justiça, que emana dos corações à luz de uma consciência conhecedora das leis de Deus.

Essa proclamação de direitos humanos, não segundo o critério agnóstico-naturalista de Rousseau, mas segundo a filiação comum dos homens em Deus, essa proclamação que em 1948 fiz de modo mais lato e explícito no meu livro "Direitos e Deveres do Homem", surgia no Manifesto de Outubro como consequência de meditações e de angús-

tias, por mim expressas na carta que dirigi a Augusto Frederico Schmidt, em 18 de fevereiro de 1931, em que lhe dizia: "Quero, logo que seja iniciada a minha ação jornalística, proclamar os direitos do Homem. Cento e poucos anos após as declarações da Revolução Francesa, nova proclamação precisa ser erguida na face da terra. Que ela parta do Brasil, como um protesto..."

O protesto era contra o comunismo e contra o capitalismo, as duas formas do materialismo destruidor das pessoas humanas.



O Capítulo 2.º busca solucionar os conflitos de classes e a exploração do Capitalismo ateu, consagrando o princípio democrático da representação política dos que trabalham, segundo as suas categorias profissionais. E aí se nota a influência de Oliveira Viana, cujo pensamento, evoluindo de livro para livro, veio recentemente esplender na plenitude de suas últimas obras.

E não podemos deixar de considerar que êsse esquema de organização social e política, a que chegarão todos os povos, antes que termine êste século, êsse esquema, que foi burlado pelo fascismo e traído pelo nazismo e pelo comunismo russo, conforma-se com a própria doutrina dos Sumos Pontífices, desde Pio IX e Leão XIII, até Pio XI e Pio XII, e principalmente com o discurso dêste, no Natal de 1944, quando distingue a "massa" desordenada do "povo" consciente que se exprime atra-

*

*

*

No Capítulo 3.^o sente-se a presença de Jackson de Figueiredo, nas suas campanhas pela restauração do princípio de autoridade, sem a qual a liberdade dos maus, dos traficantes e dos imorais tripudiará sobre os direitos dos bons, dos honestos e virtuosos.

*

*

*

No Capítulo 4.^o, percebe-se que o autor está de pleno acôrdo com Alberto Tôrres, sentindo as verdades escritas pelo grande fluminense, no seu livro "O problema nacional brasileiro", onde combate o cosmopolitismo, a nefasta influência estrangeira, assim como os absurdos preconceitos de raça, que levaram muitos patricios nossos a amesquinhar os elementos formadores da Nacionalidade e aqueles que vieram, posteriormente, integrar-se na comunhão da nossa Pátria.

Esse capítulo é como que uma projeção das páginas escritas pelo próprio autor do Manifesto no seu romance "O Estrangeiro", o qual, na verdade, constitui também um manifesto à Nação lançado em 1926 e preparador do Manifesto de Outubro. Pois é preciso ter em vista as obras que publiquei antes e depois de 1932, para se compreender o espírito do meu nacionalismo no documento político que produzi em 1932. Quem não tiver lido "O Estrangeiro", "O Esperado", "O Cavaleiro de Itararé", "A Voz do Oeste", "Geografia Sentimental" e "Nosso Brasil", e posteriormente "Como nasceram as cidades do Brasil" e o "Poema da For-

taleza de Santa Cruz", não estará apto a penetrar no íntimo alma de quem escreveu o Manifesto de Outubro.

Nesse Capítulo 4.^o, palpitante de brasilidade, como que se ouvem os clarins de Olavo Bilac na sua memorável campanha cívica; as vozes de Alencar e de Gonçalves Dias, repetindo os ecos da selva; o clangorar das inúbias na obra de Couto de Magalhães; a simpatia humana de Joaquim Nabuco por aquêles que êle ajudou a libertar da escravidão; o nobre orgulho da estirpe lusitana, que ilumina as páginas de Elisio de Carvalho; a alma do sertanejo, presente nos "Sertões" de Euclides da Cunha; o sentido do tradicionalismo, flagrante em Oliveira Lima e em Eduardo Prado; o entusiasmo patriótico do Conde de Afonso Celso.

*

*

*

O Capítulo 5.^o está cheio da alma de Caxias, do sentido da Unidade Nacional pela qual lutou o Condestável do Império, do sentimento sempre presente em nossas Forças Armadas, da ordem interna como base da defesa externa. É um pensamento que se ergue contra o excessivo regionalismo, o exclusivismo da política provinciana em detrimento da grande política da Nacionalidade.

*

*

*

No 6.^o Capítulo, o Manifesto combate frontalmente a confusão ideológica patente nas agitações de 1930-32, as revoluções sem programas, as conspirações sem objetivos doutrinários.

*
* *
*

A questão social desenvolve-se no Capítulo 7.º, onde se sustenta o direito à propriedade considerada trabalho acumulado e projeção física da personalidade humana e, ao mesmo tempo, as justas reivindicações dos trabalhadores, encarando-se o problema de um modo integral, sob o aspecto moral-cristão, sob o ângulo da organização econômica do país e pela conjugação dos direitos naturais com os deveres que lhes são correlatos. E aí se encontra a doutrina esposada por brasileiros da estirpe de Pandiá Calogeras e Rui Barbosa, que se inspiraram, por sua vez, na obra do Cardeal Mercier e nas Encíclicas Papais.

*
* *

É, entretanto, no Capítulo 8.º — que trata das relações entre a Família e o Estado — onde se encontra a essência da doutrina do Manifesto de Outubro.

Nunca se tinha feito no Brasil, até aquêlo momento, um combate mais claro ao Estado Totalitário, fôsse o comunismo, fôsse o nazismo.

A Família é considerada nesse capítulo como a primeira das sociedades humanas, o grupo natural por excelência, entretecido por delicados sentimentos e afetos puros. Os que mais tarde caluniaram o Integralismo como totalitário e inimigo da democracia, deveriam ler êsse capítulo, onde há frases como estas: "O Homem não pode transformar-se em uma abelha ou em um termita. Ele é

centro de uma gravidade sentimental. O Homem e sua Família precederam o Estado"; ou estas "Tirem a Família ao Homem e fica o animal; façam dêle a peça funcionando no Estado e teremos o autômato infeliz, rebaixado da sua condição superior."

Estes pensamentos foram, mais tarde, desenvolvidos em minhas obras posteriores; mas nesse capítulo do Manifesto de Outubro já brilha, de maneira expressiva, a tradição familiar brasileira em tôda a sua candidez cristã.



O Municipalismo, idéia hoje triunfante no país, consagra-se no Capítulo 9.º. Fundamenta-se nas verdades filosóficas e nas realidades sócio-locais que nos apresentam o Município como reunião de Pessoas livres e de Famílias autônomas. Sentem-se aí as lições dos constitucionalistas do 1.º Império e as observações, na fase republicana, de homens notáveis como Domingos Jaguaribe.

Mas é preciso dizer que a primeira atividade política por mim exercida ao alvorecer dos meus vinte anos, foi uma campanha municipalista. Ajudei a fundar o primeiro partido municipalista que existiu no Brasil e que teve por sede o norte do Estado de São Paulo. As minhas observações de juventude levaram-me a concluir que a famosa autonomia municipal só existia nos textos constitucionais. Os municípios eram subjugados financeiramente e politicamente pelos magnatas do partido único em cada Estado. Esse partido único, que precedeu a invenção fascista ou comunista, inter-

vinha na vida municipal através do aparelhamento da máquina governamental do Estado e os municípios não gozavam sequer o direito de eleger os seus dirigentes. Valeu-me a experiência dos vinte anos no partido municipalista, porque a sua idéia ressurgiu no Manifesto de Outubro, com fundamento filosófico e sociológico.

*

* *

O Capítulo 10.^o é a síntese nacionalista do Estado Cristão, o resumo da democracia orgânica. Nêle se traçam os grandes lineamentos da expressão e do prestígio internacional da Pátria Brasileira. Vive alí o espírito de Alexandre de Gusmão e do Barão do Rio Branco; os sonhos de D. João Terceiro e do Conde de Bobadela e de D. João VI; a firmeza de José Bonifácio na construção da nossa unidade e da nossa grandeza, a ação de Pedro Segundo e do Duque de Caxias na consolidação desse patrimônio.

*

* *

O Manifesto de Outubro, na sua essência, é documento que genealògicamente se prende aos primórdios na Nacionalidade, consubstanciando o pensamento político dos Reis Portuguezes das dinastias de Afonso Henriques e do Mestre de Aviz, baseado no serviço de Deus e da Nação. A solidariedade humana e os recíprocos direitos e deveres de governantes e governados, realizando-se pela troca de benefícios, como a concebem o Regente

D. Pedro em seu livro "Da virtuosa bemfeitoria" e El Rei D. Duarte no "Leal Conselheiro", vem proclamada a cada passo no Manifesto, o que o liga ao espírito jurídico lusitano, que soube unir o sentimento cristão da Idade Média ao humanismo da Renascença, como anteriormente unira as lições do Evangelho aos ensaios de Sêneca, no concernente à permuta de serviços entre os homens, que distingue as sociedades moralmente perfeitas.

A doutrina do Manifesto de Outubro foi — como dissemos no comêço, dêste estudo — desenvolvida e clarificada, dia a dia. Foram-se expungindo do seu complexo doutrinário-programático e propagandístico, tôdas as acidentalidades consideradas meramente adjetivas, mantendo-se, porém, intactas, as idéias substanciais.

Ainda aí a sua doutrina — corporificada depois no ideário integralista — manifesta-se coerente, pois desde o início concebeu, conforme vem escrito no meu livro "Psicologia da Revolução", a Sociedade e o Estado como formas de expressão dos Indivíduos e dos Grupos Naturais, êstes (Indivíduos e Grupos Naturais) regidos por leis eternas, que vêm de Deus e se consubstanciam no Direito Natural, e aquêles (Sociedade e Estado) pelas normas e estilos vasados segundo a linha móvel da sua adaptação às circunstâncias históricas.

*

*

*

O Integralismo é doutrina que correlaciona os fenômenos e procura deduzir as soluções particulares da solução geral do problema nacional e humano.

É uma filosofia e um método.

Como filosofia, oferece-nos uma concepção do mundo (espaço, matéria, movimento e tempo) e do Homem (corpo e alma), tudo se originando em Deus e com finalidade traçada pelo Criador.

Como método, considera os fenômenos tanto universais como humanos, correlacionados. Nenhum problema do Homem se isola, porque todos os problemas humanos se apresentam inter-dependentes. Da mesma sorte, a Nação considerada como um todo físico e o espírito grupal diferenciado da comunidade humana, em que se exprimem os grupos naturais e as pessoas em última análise, o próprio Homem, também ela, a Nação, não tem problemas isolados, porque a solução de um deles depende da solução de todos contemporaneamente.

Quanto ao Estado, — e entra aqui a concepção política do Integralismo — ele é o instrumento jurídico de que a Nação, no gozo de sua soberania, se utiliza, para o ordenamento interno e a representação externa. E como a Nação é o conjunto dos grupos naturais e das pessoas humanas, o Estado será instrumento inidôneo, inapto e ilegítimo, se ferir a liberdade legítima desses componentes da Nação, ou permitir que, sob o pretexto de uma falsa liberdade, indivíduos, ou grupos de indivíduos, posterguem esses direitos que, em última análise, são os sagrados direitos do Homem.

Essa é a essência da doutrina integralista, de que o Manifesto de Outubro constitui a fonte primeira. Essa doutrina, depois de 25 anos, apresenta-se triunfante na palavra de homens de projeção mundial, como Fulton Sheen e o Padre Lombardi, Arnold Toymbee, Michele Frederico Chiacca, Prof. Lee Gabriel (de Viena). E também na de políticos

e estadistas, em particular dos Estados Unidos, que sòmente viram a *posteriori* os perigos que hoje ameaçam o mundo, os quais foram por nós, integralistas, anunciados, desde 1932, como resultado inevitável da desordem dos espíritos, criada pelo utilitarismo inglês, pelo pragmatismo americano, pelo intelectualismo francês, pelo fanatismo positivista e evolucionista, pelo idealismo e pelo criticismo alemães e seus consequentes efeitos sociais e políticos neste século.

Lendo-se o Manifesto de Outubro, nesta distância de 25 anos da data do seu aparecimento, podemos concluir que o êxito por êle alcançado origina-se da sua profunda espiritualidade, a sua viva brasilidade, a sua exaltação dos valores morais como forças positivas da construção pessoal de cada Homem e da construção nacional da Pátria Brasileira.

Embora a doutrina integralista seja completada posteriormente por outros escritos, o Manifesto de Outubro de 1932 é a primeira manifestação política dêsse pensamento que até hoje muitos não puderam ou não quiseram compreender, embora outros muitos já lhe façam justiça e já o aceitem e proclamem como fórmula de salvação temporal e política dos homens e das nacionalidades e, de modo particular, do nosso querido Brasil.